

AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE DILMA ROUSSEFF NA DENÚNCIA DO SEU PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

Alba Valéria Sabóia Teixeira Lopes

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN, Brasil

João Gomes da Silva Neto

Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN, Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva analisar a construção das representações discursivas de Dilma Rousseff no texto da denúncia, documento que inaugura o processo de *impeachment* da ex-Presidente. A pesquisa buscou fundamento nos pressupostos teóricos da Linguística Textual e, mais especificamente, na Análise Textual dos Discursos, abordagem teórico-metodológica desenvolvida por Adam (2011). No que concerne a essa abordagem, o estudo tem seu foco no nível semântico do texto, com destaque para a noção de representação discursiva, com Grize (1996, 1997) e Adam (2011). A noção de representação discursiva supõe uma construção, no texto, do(s) enunciadore(s), do(s) coenunciadore(s) e do(s) tema(s) tratado(s). Dessa forma, partimos do pressuposto de que o processo de construção de uma representação discursiva só é possível por meio das escolhas do material linguístico utilizado pelos enunciadore(s) em seus enunciados, conforme seus objetivos e suas intenções. Os resultados apontam diferentes representações de “Dilma”, a partir de suas designações como “Presidente”, “Governante Máxima”, “Chefe da nação” e “denunciada”. A seleção dos designadores constrói representações discursivas de Dilma que interligam dois polos: o de sua ascensão como “Presidente da República” e o de sua queda, como “denunciada”. A construção das várias representações da Presidente Dilma ocorre, discursivamente, de forma coletiva ou individualizada, considerando-se as intenções do enunciador e a orientação argumentativa pretendida na denúncia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise textual dos discursos. Denúncia. Representação discursiva.

ABSTRACT: This article aims to explain the construction of discursive representation in the complaint against Dilma Rousseff, a document that starts the President’s impeachment process. The research has bases on theoretical presuppositions of the textual linguistics and, more specifically, the textual analysis of the discourses, a theoretical-methodological approach developed by Adam (2011). Related to this approach, this research focuses on the textual semantic level, detaching discursive representation notion (Grize 1996, 1997; Adam, 2011). The discursive representation notion presupposes the textual construction of the enunciator(s), the coenunciator(s) and the theme(s) treated. Thus, we assume that the process of a discursive representation construction is only possible through choices of the linguistic material used by the enunciators in their utterances, according to their objectives and intentions. Results point to different representations of “Dilma”, among them, those ones related to the “President”, the “Maximum leader”, the “Head of the nation” and the “denounced”. The selection of those terms constructs Dilma’s discursive representations that link images of two opposite sides, her ascension as “Republic President” and her brought down as denounced. The construction of various Dilma’s representations occurs in an individual or collective way, according to the enunciator aiming and the argumentative support of the complaint.

KEYWORDS: Textual analyzis of the discourses. Complaint. Discursive representation.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz resultados de uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo analisar como se constroem as representações discursivas da ex-Presidente Dilma Rousseff no texto da denúncia constante do seu processo de *impeachment*. Mais especificamente, apresentamos um exame de como se configuram as representações discursivas na sequência narrativa, em seu papel na orientação argumentativa pretendida pelos denunciantes.

O estudo fundamenta-se no quadro teórico geral da linguística textual, com foco na Análise Textual dos Discursos, abordagem analítica desenvolvida por Adam (2011). No que diz respeito à noção de representação discursiva, ancoramo-nos nos estudos de Grize (1996, 1997) e Adam (2011). No tratamento do *corpus*, optamos, no texto da denúncia, pela seção “Dos Fatos”, considerando que ali são encontrados elementos que possibilitam um estudo mais aprofundado das representações discursivas do objeto de discurso em investigação¹. Quanto aos procedimentos de investigação, utilizamos as categorias semânticas da representação discursiva, a saber: a referenciação, a predicação, a modificação, a relação e a isotopia. Essas categorias são analisadas na sequência narrativa, por entendermos que a construção das representações discursivas de um objeto ocorre a partir da relação que se estabelece entre esses elementos em uma estrutura textual. Dessa forma, o interesse da investigação incide nos modos como essas categorias semânticas articulam-se ao longo das macroproposições sequência textual narrativa (Adam, 2011), resultando em representações discursivas de Dilma Rousseff que pretendem justificar e fundamentar a denúncia.

Este artigo encontra-se estruturado em três seções: primeiramente, apresentamos, de forma sucinta, a noção de representação discursiva e as categorias semânticas de análise. Em

¹Coletamos o *corpus* no site do Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/10/senado-recebe-documento-da-acusacao-com-pedido-de-condenacao-de-dilma-rousseff>. A transcrição do texto foi feita com sua segmentação em enunciados (E1, E2, ...), de modo a sinalizar os exemplos utilizados na pesquisa e, assim, para facilitar a compreensão e a explicação das amostras analisadas. A denúncia de Dilma Rousseff é um texto que foi apresentado pelos advogados Hélio Bicudo, Janaína Paschoal, Miguel Reale Júnior e Flávio Henrique Costa Pereira. Dessa forma, nós temos quatro produtores, ou enunciadores. Apesar da quantidade de enunciadores, decidimos utilizar, nas análises, a terminologia no singular, “enunciador”.

seguida, apresentamos as análises de recortes do *corpus* e, por fim, nossa conclusão, em que comentamos os resultados obtidos na pesquisa.

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA E AS CATEGORIAS SEMÂNTICAS DE ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO

Nesta seção, tratamos da representação discursiva (Rd) como uma das principais noções utilizadas pela Análise Textual dos Discursos, ao lado da correferência, da anáfora, da isotopia e da colocação, entre outras, que fazem parte das categorias semânticas do texto. Essa noção é tratada aqui a partir dos estudos de Grize (1996, 1997) e Adam (2011).

Em um primeiro momento, é importante lembrar que, de acordo com Adam (2011), toda proposição-enunciado, mesmo as que são formadas por apenas um sintagma nominal e um sintagma verbal, possui um valor descritivo sobre um objeto de discurso ou sobre um tema. Ademais, a noção de representação discursiva supõe uma representação do(s) enunciator(es), do(s) leitor(es)/ouvinte(s) e do(s) assunto(s) tratado(s). Nesse sentido, para o autor (op. cit., p. 115), “[...] o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística [...]”, de modo que esse espaço de reflexividade faz parte da atividade de construção e (re)construção operada no e pelo discurso, em um processo de interação social e cultural entre os falantes. Com isso, pressupõe-se que a atividade de construção de uma representação discursiva faz parte de um processo sociointerativo que envolve quem a produz (enunciador) e o seu leitor (interpretante).

Assim, entende-se que o fenômeno da representação discursiva seja responsável pela união, descrição e caracterização de elementos imprescindíveis no construto textual. Para tanto, o processo de construção da representação discursiva leva em conta os objetivos e os pressupostos históricos e culturais dos sujeitos, sendo, assim, semanticamente determinado pelo falante/leitor, em um trabalho interpretativo e coerente que permite as interligações das unidades textuais. Nesse sentido, conforme Adam (2011, p. 114),

Com a escolha da expressão “construção de uma representação discursiva”, pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd. Trata-se

de escapar de uma concepção binarista esquemática: a linguagem fala OU não fala do mundo, posição descritiva OU atributivista. (ênfase do autor).

Em sua reflexão, Adam (2011) salienta, ainda, que as representações discursivas não são simplesmente “dadas” ao interlocutor, mas estão, a todo momento, em processo de transformação e mudança em face das informações contidas no texto, das pistas sinalizadas pelo enunciador, além das inferências solicitadas pelo leitor no contexto.

Por outro lado, consideramos também que todo processo de produção de texto leva em conta uma organização interna, que Grize (1997) denominou de esquematização, entendida por esse linguista, em linhas gerais, como uma atividade discursiva que consiste em organizar um material verbal, os signos, ou palavras, que remetem a pressupostos culturais. Nessa perspectiva, partindo do princípio de que, na produção de um texto qualquer, ocorrem não apenas escolhas de palavras, mas manipulações as mais diversas, em suas múltiplas possibilidades de combinações sintagmáticas, no agenciamento dessa organização interna, assumimos aqui o pressuposto desse autor (op. cit., p. 34)², segundo o qual “Toda e qualquer manipulação das palavras tem como efeito fornecer o seu sentido. [...] Assim, a atividade de esquematização é criadora de sentido.”

Desse modo, acompanhando ainda os postulados de Grize (1996), é possível compreendermos que a construção dos sentidos e das “imagens” textuais passa por um processo em que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos, de natureza social, histórica e cultural, a começar pela própria linguagem. A esse respeito, naquilo que nos interessa mais particularmente, em razão de nosso interesse em expandir a informação teórica sobre nossa categoria de análise, encontramos em Grize (op. cit., p. 50), uma definição preciosa, segundo a qual “Uma esquematização é uma representação discursiva orientada para um destinatário do que seu autor concebe ou imagina de uma realidade.”³. Assim, em certa medida, essa ideia de esquematização leva-nos ao pressuposto segundo o qual, nas interações comunicativas, para que possamos abordar qualquer assunto (algo de uma certa realidade), faz-se necessário que saibamos alguma coisa sobre ele e sobre o conhecimento que nossos possíveis interlocutores têm a respeito. Assim, nessa perspectiva, apoiamos nossa abordagem mais uma vez

² “Seulement toute manipulation de mots a pour effet d’en aménager le sens. [...]. Ainsi l’activité de schématisation est créatrice de sens”.

³ “Une schématisation est une représentation discursive orientée vers un destinataire de ce que son auteur conçoit ou imagine d’une certaine réalité.”

em Grize (op. cit.), em sua concepção do processo de comunicação, no qual o locutor (A) representa ou propõe “imagens” do seu interlocutor (B), sobre o tema tratado (T), a partir do seu ponto de vista subjetivo, sendo que, em decorrência, da mesma forma, (B) ressignifica as representações de (A) e (T) propostas anteriormente. No entanto, a esse respeito, o autor nos adverte que

Falar das representações que A faz de B é apenas uma comodidade de expressão. Nunca se representa uma pessoa, mas alguns de seus aspectos: seus conhecimentos, suas intenções, seus valores. [...] O mesmo vale, aliás, para as representações do tema T. Além disso, A, autor de um discurso, deve fazer também uma representação de si mesmo. (GRIZE, 1997, p. 33-34)⁴.

É nessa perspectiva, ainda, que encontramos em Grize (1996, p. 63) o que ele entende como sendo as “três representações elementares de A”: a representação que ele tem de si mesmo, “reprA (A)”, a representação que ele tem de B, “reprB (B)”, e a representação que tem daquilo de que se trata, “reprT (T)”. A propósito, esse autor (id. ibid.) adverte que, devido às dificuldades teóricas em delimitar uma definição adequada do termo, assim como ao grande número de representações que estão em jogo, o problema, o problema continua bastante complexo. Além disso, Grize (1997, p. 34) informa que essas três formas de representações são insuficientes.

Adam (1999), por sua vez, ao reportar-se aos estudos de Grize (1996), detalha essas relações, considerando que uma esquematização comporta mais quatro tipos de imagens, ou de visões do mundo propostas no discurso, quais sejam: imagens da situação de interação sociodiscursiva (Sit) – (im A > im B > Sit); imagens do objeto do discurso – (R) – (im A > im B > R); imagens da língua (L) e imagens da mídia utilizada (M) – (im A > im B > L/M). Esses componentes combinam-se e relacionam-se entre si e são necessários ao processo de construção de uma representação discursiva. Ainda no que diz respeito a essa relação entre representações discursivas e construção de imagens no e pelo discurso, Adam (2013, p. 107), afirma que “[...] uma boa parte da atividade simbólica dos sujeitos tem por função reconstituir em permanência a

⁴ “Parler des représentations que A se fait de B n’est qu’une commodité d’expression. On ne se représente jamais une personne, mais certains de ses aspects: ses savoirs, ses desseins, ses valeurs.[...] Il en va d’ailleurs de même pour les représentation du thème T. De plus A, l’auteur d’un discours, doit aussi se faire une représentation de lui-même.”.

realidade do eu, de oferecê-lo aos outros para ratificação, para aceitar ou rejeitar as ofertas que os outros fazem de sua imagem, a imagem de si.”.

Por conseguinte, é a partir dessas relações entre as imagens e da noção de esquematização, naquilo que convergem com a noção de representação discursiva, em seus desdobramentos nas formas de representações discursivas de si, dos interlocutores e dos temas tratados, que conduzimos nossas análises de são construídas e como funcionam as representações discursivas de Dilma Rousseff no texto da denúncia direcionada para desencadear o seu processo de *impeachment*.

Por outro lado, para a análise das representações discursivas, na perspectiva aqui delineada, buscamos nos apoiar, ainda, em categorias de base semântica que fazem parte das operações de construção da sequência descritiva (ADAM, 2011), quais sejam, a tematização, a aspectualização⁵ e a relação. Além dessas, consideramos a predicação (NEVES, 2013; CASTILHO, 2012) e a isotopia (Adam, 2011; Greimas, 1973). De imediato, retomando as palavras de Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2014, p. 251), é importante lembrar que “[...] essas categorias são semânticas, nocionais, interpretadas numa perspectiva textual. Elas não correspondem, biunivocamente, a uma única categoria gramatical, lexical ou mesmo discursiva, antes, incorporam-nas.”. Assim, para um melhor esclarecimento do componente teórico da pesquisa, apresentamos uma conceituação sucinta de cada uma dessas cinco categorias.

a) Referenciação

De acordo com Koch (2011, p. 79), a referenciação é “[...] o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade.”. Conforme a autora, a atividade de referir vai além da simples relação entre os elementos textuais. Ela liga os elementos do texto inferidos no cotexto ou evoca elementos do contexto (extralinguísticos).

b) Predicação

⁵ Como indicamos na introdução, utilizamos categoria da modificação (dos referentes e dos predicados) no mesmo sentido que a da aspectualização, conforme proposta por Adam (2011).

Para Neves (2006), a predicação é um processo básico de constituição do enunciado que leva em consideração a centralidade do verbo, sendo o sujeito o escopo da predicação. Por seu turno, Castilho (2012, p. 243) define a predicação como “um processo de atribuição de traços semânticos”, ou seja, ela é responsável por atribuir sentido a elementos do enunciado. Complementando nossa compreensão dessa categoria, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 175) afirmam que o conceito de predicação “[...] remete tanto à operação de seleção dos predicados, isto é, à designação dos processos, no sentido amplo (ações, estado, mudanças de estado), como ao estabelecimento da relação predicativa do enunciado.”

c) Modificação

Em relação à modificação, Queiroz (2013, p. 67) define-a como a “[...] categoria que apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicações.”. Nessa perspectiva, aproxima-se do conceito de qualificação, ou atribuição de propriedades, encontrado em Adam (2011, p. 221), para quem essa categoria “[...] evidencia propriedades do todo e/ou das partes selecionadas pela operação de fragmentação”. Assim pensada, a modificação trata-se de um processo operado, a maioria das vezes, pela estrutura nome e adjetivo e pela composição predicativa com o verbo ser, que desempenham função atributiva e, desse modo, contribuem para a construção do objeto referenciado.

d) Isotopia

No âmbito da semântica estrutural de Greimas (1973), a isotopia é definida como a interação de semas ao longo de uma cadeia sintagmática. A função principal da isotopia é manter a coesão textual e a homogeneidade do discurso enunciado. Para Adam (2011), essa categoria tem importante papel na atividade interpretativa do leitor/ouvinte, que, a partir de partes do texto, consegue reconstituir suas inter-relações e, assim, reconhecer a coerência e a coesão textual.

e) Relação de analogia

Por sua vez, a categoria da relação é aqui pensada como uma operação textual que “[...] permite descrever o todo ou as partes, colocando-a em relação com outros objetos-indivíduos.” (ADAM, 2011, p. 223). No caso, remetemos ao caso particular da metáfora, entendida como um

recurso que consiste no uso de uma palavra ou expressão com o sentido de outra palavra ou expressão, com as quais é possível se estabelecer uma relação de analogia.

Para o momento, é importante lembrar, ainda, que existem outras categorias de análise das representações discursivas que não foram aqui consideradas, tais como os localizadores espaciais e temporais, as comparações, entre outras, uma vez que não dizem respeito aos interesses imediatos da pesquisa aqui apresentada.

A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DE “DILMA ROUSSEFF” NA SEQUÊNCIA NARRATIVA

Para a análise, selecionamos os enunciados que fazem parte da seção “Dos fatos” que, em sua configuração composicional, constituem uma narração dos eventos que deram margem à propositura judicial da denúncia. Assim, com base na construção do esquema narrativo do texto, conforme Adam (2011), observamos uma estrutura prototípica que perfaz os movimentos das macroproposições narrativas de base, a situação inicial/orientação (Pn1), o nó/desencadeador (Pn2), a reação/avaliação (Pn3), o desenlace/resolução (Pn4) e a situação final (Pn5). e do encerramento, ou moralidade, (PnΩ). Seguindo as informações do autor (op. cit.), percebe-se que esse texto caracteriza-se por expressar o que ele define como sendo o mais alto grau de narrativização, uma vez que, além dessas cinco macroproposições, apresenta mais duas outras, a entrada-prefácio e o encerramento, que fecham o esquema narrativo completo. Ainda, de acordo com Adam (op. cit., p. 278), essa “[...] segmentação em cenas [...] apoia-se em conhecimentos de cenas-tipos que são espécies de “*scripts* estabilizados em gêneros de textos [...]”.

Em um primeiro momento, lembramos que, para a caracterização da denúncia, a narrativa é construída a partir de um movimento em que se apresenta, primeiramente, a cena final, ou seja, antes de o leitor ser apresentado à sequência dos fatos alegados, ele já tem diante de si o desfecho da história, que, nesse caso, é o pedido de *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff e sua inabilitação para o exercício da função pública por oito anos. Nos textos jurídicos, esse é um recurso normativo que confere uma organicidade em sua estrutura. No caso, esse recurso narrativo direciona, já de entrada, a focalização do elemento conclusivo em um movimento argumentativo por causa e consequência, em que esta é apresentada como fato consumado, na própria materialidade do documento.

Assim, em sua complexidade composicional, a história narrada no documento inicia-se a partir de duas citações, que funcionam como entrada-prefácio (Pn0).

[E2] “O princípio geral a se observar é que ‘[...] não se deve proceder contra a **perversidade do tirano** por iniciativa privada, mas sim pela **autoridade pública**’, dito isto, reitera-se a tese de que, cabendo à multidão prover-se de um rei, cabe-lhe também depô-lo, caso se torne **tirano...**” (Santo Tomás de Aquino. Escritos Políticos. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25).

[E3] “Em todo país civilizado, há duas necessidades fundamentais: que o **poder legislativo** represente o povo, isto é, que a eleição não seja falsificada, e que o **povo** influa efetivamente sobre os seus **representantes**” (Rui Barbosa. Migalhas de Rui Barbosa, org. Miguel Matos).

A propósito dessas citações, vale ressaltar que é comum encontrarmos nos documentos jurídicos a presença de epígrafes que servem para explicar ou apresentar o conteúdo ou a temática do que será tratado no texto. No caso em análise, as epígrafes demarcam um posicionamento do enunciador a partir de outras vozes, ou seja, de outros enunciadores. Assim, observamos que as expressões “perversidade do tirano”, “autoridade pública”, “poder legislativo” e “povo” inauguram os temas dos argumentos que serão construídos ao longo da narrativa. Por outro lado, os pares lexicais “perversidade”/“tirano” e “legislativo”/“povo” apresentam combinações de sentido que se aproximam, por pertencerem um mesmo campo semântico, na rede conceitual que vai orientar a isotopia do texto.

Nessa perspectiva, temos, na situação inicial, (Pn1), a presença dos principais personagens, abrindo a tematização dos dois principais objetos de discurso a ser representados, discursivamente, nessa narrativa: de um lado, a figura da denunciada, a Presidente Dilma Vana Rousseff, caracterizada no texto como a figura da antagonista, ou seja, aquela que foi contra o seu povo e contra sua própria pátria, conforme a acusação; de outro lado, os denunciadores, que se instauram como os heróis implícitos que “não fogem à luta”, na figura narradora coletiva dos acusadores, Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, e que, em momento oportuno de sua narrativa, serão retomados como os “brasileiros” [E404].

Observe-se que, nessa narrativa, há uma ênfase discursiva na caracterização da personagem central, com o uso recorrente de recursos de designação, percebidos, na análise, como um processo de reforço semântico do referente, por meio da retomada. De fato, logo de entrada, no enunciado [E4], o referente é tematizado pela designação funcional “Presidente da

República” e, logo em seguida, retomado pelo nome completo da presidente, em negrito, “**Sra. DILMA VANA ROUSSEFF**”, antecedido pela marca de tratamento formal.

[E4] HÉLIO PEREIRA BICUDO [...]; MIGUEL REALE JÚNIOR [...]; JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, [...], vêm apresentar DENÚNCIA em face da **Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF**, haja vista a prática de crime de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos.

Vale salientar que o nome da então Presidente encontra-se grafado em caixa alta e em negrito, lembrando-se que esse é um dos recursos geralmente utilizados nos textos jurídicos para destacar ou realçar o que vai ser tratado ou de quem se fala no texto. Trata-se de um recurso descritivo inicial, a tematização, que funciona como a qualificação da denunciada e, na história, sua entrada como protagonista. No caso específico do documento, considera-se que “[...] qualificar é apontar o conjunto de qualidades que individualizam a pessoa, nele se incluindo o nome, cognome, nome de família ou apelido, pseudônimo, estado civil, filiação, cidadania, idade, sexo, estado físico [...]” (MIRABETE, 2006, p. 114). Aliás, sabe-se que a qualificação do acusado, ou o fornecimento dos dados que possibilitem a sua identificação, é, certamente, peça fundamental no processo judicial. No caso do documento em análise, constata-se que o texto traz o nome completo da Presidente, visto que a designação “Dilma Rousseff”, que marca sua atuação funcional e política, não pode ser considerada em sua caracterização formal como denunciada, em um contexto jurídico-policia, já que, como será exposto ao longo da narrativa, sua pessoa é objeto de uma imputação de crime. Infere-se, aí, nessa tematização marcada pelo nome completo, uma espécie de apagamento discursivo da imagem da estadista associada ao “Dilma Rousseff”, construída pelos atributos associados ao cargo que até então está ocupando. Esse procedimento de representação discursiva da personagem reconstrói, por uma escolha lexical de viés jurídico-policia, a percepção de uma das figuras mais importantes do país naquele momento, no sentido de alguém que cometeu delitos no exercício do mandato. Do mesmo modo, certamente não por acaso, outras informações a seu respeito são omitidas ou tornam-se irrelevantes no texto.

Ademais, é interessante destacar que, em sua narrativa, o enunciador narrador constrói uma primeira representação discursiva de “Dilma” a partir de suas ações e, para tanto, no enunciado [E4], enfatiza a forma verbal “**praticar**”. Aliás, observa-se que, em todo o texto, esse

lexema aparece em doze enunciados diferentes, todos eles portando sentidos associados à expressão “crime de responsabilidade”. Dessa forma, ao relacionar o referente às suas ações, ou seja, à “**prática**” e, ao mesmo tempo, associando-a ao termo “**crime**”, é construída, logo de entrada, a representação discursiva de uma “criminosa”.

Por sua vez, o nó-desencadeador da narrativa (Pn2) instala-se com uma “crise exclusivamente econômica”, reconfigurada como um “crime” e uma “*notitia criminis*”. No caso, o termo “crise” presta-se para dar pistas iniciais sobre a temática que será tratada em todo o texto, ou seja, o crime de responsabilidade atribuído a Dilma Rousseff na Administração Pública. Assim, no segmento referente à “crise”, observamos três novos designadores para a caracterização da protagonista, quais sejam, “Governo Federal”, “campanha da Presidente” e “campanha da denunciada”.

[E6] O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o **Governo Federal** insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, **MORAL**.

[E7] O **Governo Federal também tenta fazer crer** que **tal crise** pode se tornar institucional; sugere que se arrefçam os ânimos, admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém, não há que se falar em crise institucional. As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte, possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder.

[E8] O Tribunal Superior Eleitoral, em longo e minucioso processo, tem apurado inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República, tendo o Ministro Gilmar Mendes aduzido que, se soubesse, anteriormente, do que sabe na atualidade, não estariam aprovadas as **contas de campanha da Presidente**. Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu a abertura de investigação referente à **campanha da denunciada**.

[E9] Foi assim que, no último dia 26 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento sobre as contas de **campanha da Presidente da República**.

Nesse ponto da narrativa, note-se que a escolha do termo “Governo Federal” nos enunciados [E6] e [E7] implica, de imediato, as atribuições de governar e administrar os interesses públicos de acordo com a Constituição Federal. No entanto, constata-se uma reconfiguração conceitual dessas atribuições, por meio do uso do conector argumentativo “muito embora”, logo após a apresentação da problemática, anteriormente citada no enunciado [E6], “O Brasil está mergulhado em profunda crise”. No caso, essa ressalva destaca um posicionamento desse “Governo”, que parece não se mostrar muito preocupado com as dificuldades pelas quais o país está passando, na ocasião. Além disso, com a utilização do modalizador “exclusivamente”, o enunciador dá a entender que a protagonista reduz e minimiza o termo “crise” a uma questão

meramente econômica. Nesse sentido, o uso do modalizador enfático “sobretudo” dá a entender também que, na perspectiva do enunciador, essa crise é entendida como “política” e, principalmente, “moral”.

Por outro lado, na expressão “na verdade”, identificamos, ainda, o uso de uma modalização asseverativa que atribui um alto grau de adesão ao enunciado, por parte dos produtores do texto. Assim, a escolha do qualificador “MORAL”, escrito em maiúsculas no documento, pode ser interpretada como um recurso estratégico de realce, utilizado com o intuito de reforçar a crítica e a denúncia das atitudes desse “Governo” que, conforme ponto de vista do enunciador narrador, destoam dos sentidos esperados pela moralidade no exercício de uma função pública dessa magnitude.

No enunciado [E7], por sua vez, destaca-se a locução verbal “tentar fazer crer” que, com forte conotação negativa, traz a ideia de que o governo aparenta ou simula uma situação de equilíbrio do país. Dessa forma, o uso dessa expressão verbal remete, por analogia, aos termos “maquiagem” e “máscara”, o que reforça, em decorrência, a construção de uma representação discursiva do “Governo Dilma” baseada no engano e na aparência.

Na continuidade, em [E8], verifica-se que, em conjunto com uma descrição por atribuição de características negativas, como “**inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos**, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República”, a escolha das expressões “campanha da Presidente” e “campanha da denunciada” reforça a ideia de que os crimes ora atribuídos a “Dilma” e ao “Partido dos Trabalhadores” vinham sendo cometidos muito antes do segundo mandato da então Presidente.

Por outro lado, nessa narrativa, o conflito instaura-se como um recurso discursivo que funciona como um apelo retórico que, certamente, incide sobre a atenção do leitor. Para tanto, o enunciador narrador utiliza expressões impactantes, como “planos de perpetuação no poder”, “sangrar a promissora estatal”, “drenar a estatal”, “propinas”, “sérias lesões ao orçamento”, de modo a deixar explícito aquilo que pretende denunciar, como sendo os verdadeiros propósitos de Dilma e de seu partido no governo. Dessa maneira, em [E58], a formulação “No entanto, os crimes de responsabilidade da denunciada não se limitam àqueles atentatórios à probidade na administração, pois, como a seguir restará evidenciado, sérias lesões ao orçamento foram perpetradas, [...] com inequívoca maquiagem das contas públicas”, assim como o uso dos

modificadores “não se limitam”, “atentatórios”, “sérias lesões” e “inequívoca maquiagem”, reforçam a construção de uma representação discursiva de Dilma ligada ao que se entende como sendo um grupo criminoso.

Enquanto isso, a partir do uso conector contra-argumentativo “mas” e do modificador “pior”, em [E23], “Mas o quadro é ainda pior”, observamos a introdução de um movimento crítico e de tensão do enredo, marcando uma das cenas mais relevantes da história narrada. No caso, estratégia de iniciar a proposição narrativa a partir de uma assertiva negativa avaliativa tende a despertar, no leitor, o interesse pelo que ainda há por vir. De fato, nesse momento da narração, o enunciador direciona o ponto focal de seu ponto de vista narrativo-argumentativo para relação política entre “Dilma” e o “ex-presidente Lula”, mostrando-a como algo negativo (e de especial relevância) que deve ser considerado na denúncia. Vejamos os excertos que seguem:

[E28] Lula é muito mais do que um ex-presidente, mas alguém que, segundo a própria denunciada, **lhe é indissociável** e NUNCA SAIU DO PODER.

[E29] De fato, antes de o candidato do PT para a eleição de 2014 estar definido, quando perguntada acerca da possibilidade de o ex- Presidente voltar, **a atual Presidente** respondeu que **ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído**, frisando que ambos **seriam indissociáveis**.

[E30] Ora, se a **Presidente era** (e **é indissociável de Lula**, muito provavelmente, **sabia que ele** estava viajando o mundo por conta da Construtora Odebrecht, que coincidentemente sagrou-se vencedora para realizar muitas obras públicas, no Brasil e no exterior!

[E34] Necessário apontar que, apesar da edição da Lei de Acesso à Informação, os montantes enviados para Cuba e Angola receberam a chancela de sigilosos. Estranhamente, as empresas tão bem representadas pelo **ex-Presidente, indissociável da atual Presidente**, segundo consta, conduziram obras nesses países!

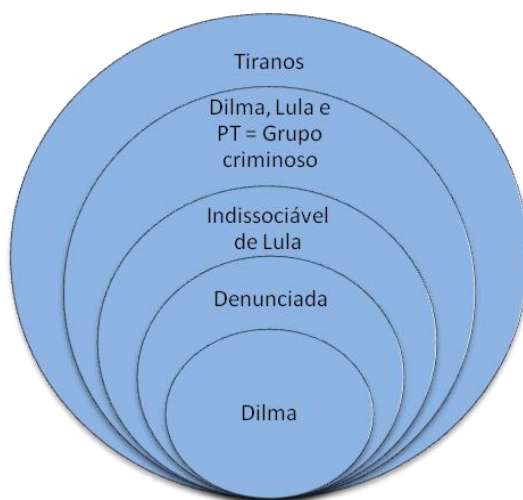
Observe-se, em [E30], o termo atributivo “**indissociável**”, em realce gráfico, que se liga ao referente por meio do verbo “ser”, em três tempos diferentes: no presente, no passado e no futuro. Com essa marcação dos tempos verbais, o enunciador destaca, dilata e intensifica a extensão temporal em que situa as duas personagens, em seus vínculos históricos, o que resulta na construção enfática de uma imagem imbricada de ambas, baseada na ideia de uma forte ligação política entre Dilma e Lula: “a Presidente **era** (e **é indissociável de Lula**”.

Outro ponto que merece destaque nesses enunciados é a citação das afirmações de Dilma sobre o ex-presidente: “Lula é muito mais do que um ex-presidente [...] NUNCA SAIU DO PODER” e “ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído”. O uso estratégico dessas citações resulta na representação discursiva de uma Presidente que está à sombra de um ex-presidente e que, em decorrência, pode ser considerada uma “marionete”, facilmente manobrada

por Lula, já que, como ela mesma havia dito, este “nunca saiu do poder”. Essas citações retomam e reforçam, ainda, a isotopia do “grupo criminoso”, ou de uma “engrenagem criminosa”, em que Lula, mesmo sem estar na presidência de modo efetivo, seria a pessoa que comandava, ou quem, de fato, ditava as regras nesse governo que, na ocasião, está sendo denunciado.

Aliás, a esse respeito, poderíamos pensar, esquematicamente, como são construídas as representações discursivas da ex-Presidente, a partir de uma imagem central, na origem das demais, tomada como o ponto de referência predominante no texto. Trata-se de imagens que se complementam e se sobrepõem por similaridade e analogia em suas predicções, tais como podem ser vistas na Figura 1, logo adiante:

Figura 1 – Representação discursiva de Dilma Rousseff na sequência narrativa



Fonte: Autoria própria

Como vimos até aqui, então, a construção da representação discursiva de Dilma também encontra-se associada ao crime, pelo fato de a Presidente estar ligada a um ex-presidente que, segundo divulgado sobre as investigações da Lava Jato, na época, havia sido um operador da Odebrecht “[E23] intermediando seus negócios junto a órgãos públicos, em troca de pagamentos milionários por supostas palestras, dentre outras vantagens”. Por outro lado, em [E31], afirma-se que a Presidente “está disposta a tudo para proteger seu antecessor”. Além disso, o uso do indefinido “tudo” possibilita várias interpretações, mas, na proposição, tende a induzir o leitor à

conclusão de que Dilma utilizou-se de meios ilícitos para proteger o ex-presidente, conforme o disposto no excerto que se segue.

[E32] A esse respeito, cumpre ressaltar a constante defesa que a denunciada faz da figura do ex-presidente Lula. Mesmo presentemente, objetivando lhe conferir certa imunidade, estuda elevá-lo à condição de Ministro. Elevar à condição de Ministro quem pode ter funcionado como operador da empreiteira que desfalcou a Petrobrás?! A Imprensa nacional, inclusive, noticia que a Presidente Dilma já passou o governo ao ex-Presidente Lula, em uma espécie de terceiro mandato! Um acinte!

Com isso, nessa narrativa, a cena correspondente ao componente Re-ação (Pn3) é marcada pela negação dos fatos, por parte da denunciada. Observemos as estratégias utilizadas pelo enunciador, em [E41], [E321], [E326] e [E327], no sentido de direcionar a narrativa em desfavor da personagem “Presidente da República”:

[E41] entretanto, passado todo esse tempo, com todos os escândalos que vieram à tona, tem-se que Pasadena foi apenas mais um episódio e a **estratégia de “não sei, não vi”** se revela modus operandi.

[E321] A condição de Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás entre os anos de 2003 e 2010 **não permite que a denunciada apenas negue não saber da corrupção existente**, principalmente quando, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobrás, clausula 3.1.3, é responsabilidade dos conselheiros realizar a fiscalização da gestão dos diretores, lembrando que foram em duas diretorias que os desvios ocorreram de forma contundente e vultosa.

[E326] Ora, **não saber**, a Presidente da República, que vultosas quantias em dinheiro foram desviadas dos cofres públicos do Governo Federal e que parte significativa desses recursos fora diretamente para as contas de seu partido é decorrente de **sua omissão em cumprir com seus deveres mínimos de gestora e de candidata responsável por sua arrecadação e despesa de campanha**. E, ante os fatos que já se encontravam conhecidos no transcorrer dos últimos anos, **sua omissão** é, a toda evidência, **dolosa**.

[E327] cada vez que a denunciada diz que **não sabia** o que estava acontecendo em seu Governo **ela brinca com a boa-fé do cidadão brasileiro!**

Em sua narrativa, o enunciador afirma que, apesar dos “fortes indícios” e de “muitas irregularidades cometidas na Petrobrás”, a Presidente nega todas as acusações. Nos excertos, o enunciador caracteriza as afirmações de “Dilma”, “não sei, não vi”, como uma forma de ela esquivar-se de suas responsabilidades como gestora e mandatária do país. A alegação de desconhecimento de “Dilma” é, desse modo, caracterizada como uma “omissão dolosa”, ou seja, uma omissão por meio da qual a ex-Presidente, intencionalmente, deixaria de praticar uma ação a que era obrigada, tendo em vista um fim específico, considerado igualmente doloso, ou seja, [E13] manter “os planos de perpetuação no poder por parte do Partido Político ao qual é filiada”.

No enunciado [E327], com a afirmação “ela brinca com a boa-fé do cidadão brasileiro! [...]”, a representação discursiva de “Dilma” é construída a partir do uso pejorativo do verbo

brincar. Nessa perspectiva, “brincar” com a boa-fé do cidadão brasileiro significaria agir contra a credulidade e a honestidade de toda a nação. Observamos, nesse fragmento, que o enunciador associa sua afirmação à conduta irregular de uma Presidente que, no caso, havia enganado ou iludido o seu povo, sendo assim retomada, mais uma vez, a isotopia da “máscara”, analisada anteriormente.

Em seguida, na parte da narrativa correspondente ao desenlace (Pn4), o enunciador apresenta, como a única solução para o conflito exposto, a instauração do processo de *impeachment*. Esse movimento discursivo voltado para a conclusão da narrativa é bem sinalizado nos excertos adiante.

[E53] O vídeo feito com o primeiro signatário, bem como carta de sua autoria, lida por Rogério Chequer, um dos líderes de tal Movimento, evidencia que, de há muito, estamos vivendo em uma **falsa Democracia**, sendo certo que o resgate da verdadeira se faz necessário.

[E54] O processo de Impeachment **visa à verdade real**, os fatos ora narrados não limitam a atuação desta Câmara e do Senado Federal, por conseguinte, desde logo, pleiteia-se que sejam levadas em consideração as revelações que ainda estão por vir. De todo modo, o que já há apurado resta suficiente para deflagrar este processo, haja vista que a conduta omissa da denunciada, relativa aos desmandos na Petrobrás, restou mais do que comprovada, implicando a prática de crime de responsabilidade nos termos do art. 9, itens 3 e 7, que encerra as seguintes tipificações criminais.

De fato, em [E53], com a afirmação “estamos vivendo uma **falsa Democracia**, sendo que o **resgate da verdadeira se faz necessário**”, instaura-se a reação decisiva que pretende anular a tensão narrativa das forças políticas antagônicas, em seus movimentos na trama narrativa: os termos “falsa” e “verdadeira” remetem à ideia do confronto arquetípico entre o “certo” e o “errado”, entre as forças do “bem” e as do “mal”, que certamente irá, por força da denúncia, ser encerrado. Para tanto, como se observa em [E54], essa narrativa se justifica, em seu desenlace (Pn4), em razão de seu objetivo, qual seja o de fundamentar a ideia de que “O processo de impeachment visa à verdade real”. Nessa perspectiva, percebe-se o uso de um modalizador epistêmico, em “verdade real”, que pretende imprimir um valor positivo de veracidade ao que está sendo dito e, ao mesmo tempo, denota a intenção de que o leitor aceite essa assertiva como verdadeira, além marcar o ponto de vista do enunciador, que, dessa forma, ratifica sua avaliação pessoal.

Por sua vez, a situação final (Pn5) retoma e dá continuidade às circunstâncias da situação inicial (Pn1), fechando o ciclo narrativo que havia começado com os termos da denúncia e agora termina com o pedido de *impeachment*:

[61] **Os crimes de responsabilidade de Dilma Vana Rousseff exigem uma resposta firme do Congresso Nacional, em uma única direção, a do impedimento.**

[394] O que **os denunciantes rogam** a esta Casa é que considere toda esta continuidade delitiva, para autorizar seja a Presidente da República **processada por seus crimes de responsabilidade.**

Logo em seguida, no seu encerramento (PnΩ), a sequência narrativa avança para o componente prototípico da moralidade, ou avaliação final da história contada, enquanto traz reflexões sobre a relevância da denúncia que está sendo apresentada:

[59] Este cenário é que fez nascer e se consolidar nos brasileiros **o desejo de ver sua presidente impedida de continuar administrando o país.**

[400] **A moralidade precisa ser resgatada** para que o cidadão que paga seus impostos, que luta para educar e alimentar seus filhos, não sinta vergonha de ser brasileiro.

[E404] **Somos negros e brancos, jovens e idosos, homens e mulheres de várias orientações sexuais, nordestinos e sulistas, somos brasileiros querendo resgatar a honra que ainda resta para este país. Os tiranos que dele se apoderaram construíram um discurso de cisão, objetivando nos enfraquecer, para se perpetuarem.** A simples adoção de tal discurso já denotaria a inadmissível imprudência denunciada por Aristóteles, em sua célebre obra *A Política* (Bauru: EDIPRO, 1995. p. 94); porém todos os atos, recentemente trazidos à luz, levam à convicção de que houve crimes de responsabilidade de várias ordens.

Nesses fragmentos, assim como se verifica ao longo do texto, o enunciador utiliza-se da evocação de valores morais e éticos como estratégia persuasiva para o convencimento do seu leitor/auditório a respeito da veracidade dos fatos narrados e, por extensão, da esquematização predicativa que sustenta a imagem negativa da Ex-Presidente Dilma. De fato, por meio de representações discursivas da protagonista da história ali engendrada, essa personagem é, progressivamente, descrita como uma antagonista, relativamente aos rumos da história do país, evocada naquele momento, em nome dos “brasileiros”, em toda a sua diversidade.

Dessa forma, com as assertivas “a moralidade precisa ser **resgatada**”, em [E400], e “somos brasileiros querendo **resgatar** a honra que ainda resta”, [E404], o enunciador narrador apresenta-se como uma instância legitimada pelos argumentos de sua narrativa, e assume, implicitamente, o papel de agente, indutor dessa ação de “**resgate da verdadeira** [democracia]” [E53]. Para isso, ele assume uma voz coletiva, em nome dos “**brasileiros querendo resgatar a**

honra que ainda resta para este país”, o que reforça a ideia implícita de que a democracia estaria em risco no “Governo Dilma”. Além disso, percebe-se o recurso de engajamento interlocutivo entre o enunciador/locutor e seu interlocutor potencial, os “brasileiros”, com a forma verbal de primeira pessoa do plural: “**Somos** negros e brancos, [...], **somos** brasileiros [...]”.

Neste momento, vale explorar um aspecto curioso da dimensão implícita das representações discursivas construídas no texto. No jogo das imagens construídas a partir do ponto de vista do enunciador narrador, entre o seu referente e si mesmo, constata-se um reforço da tensão da narrativa, em que essa formulação atributiva resulta na construção de duas figurações imagéticas antagônicas, numa inversão implícita dos papéis dos agentes da história brasileira naquele momento. Com isso, implicitamente, encontram-se, de um lado, o que seria justificado como os “verdadeiros” protagonistas, na figura coletiva dos “denunciantes” e do “povo”, já evocado em [E03] e aqui retomado como os “brasileiros” [E404]. Do outro lado, estaria a personagem principal, mas com função de antagonista, a “**Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF**”, apresentada em [E04], que incorpora a predicação adversária, extensiva aos membros de seu partido. É importante frisar que esse antagonismo estrutural e altamente significativo apresenta-se constitutivo da narrativa, como já foi ilustrado, anteriormente, na análise de [E53] e [E54].

Aliás, de forma emblemática, essa tensão narrativa derivada do antagonismo das representações discursivas dessas duas instâncias discursivas, marcadas pelo contraste de suas figurações simbólicas, é intensificada, ainda mais, no último enunciado do texto, com a citação de um trecho do “Hino Nacional”, em [E410], realçado em caixa alta: “**VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA**”. Com esse recurso discursivo, a história narrada sustenta-se, retoricamente, pela remissão exaltada aos valores patrióticos e nacionais, enunciados como que em alta voz, por meio do recurso gráfico que pretende mimetizar o brado dos denunciadores e dos “brasileiros”, representados, no texto, como “filhos” e “heróis” encorajados para essa “luta” pela “verdadeira [democracia]” e “**honra que ainda resta para este país**”.

Por outro lado, o termo “tiranos”, em [E404], redesigna e encapsula os referentes “Dilma” e o “Partido dos Trabalhadores”. Com isso, por analogia, constrói-se mais uma faceta imagética da representação discursiva da ex-Presidente, em dois segmentos textuais: no início, em [E2],

com “a perversidade do **tirano**”, e no final, em [E404], com a afirmação de que “**os tiranos** construíram um discurso de cisão, objetivando nos enfraquecer, para se perpetuarem”. Aqui, como já sinalizado, anteriormente, em relação às escolhas lexicais de outros termos, o termo “tiranos” ilustra bem o efeito retórico produzido pelos itens lexicais, na manipulação dos componentes linguísticos que resultam na esquematização das imagens construídas ao longo dessa narrativa, em forma de representações discursivas adequadas aos propósitos do enunciador – os autores signatários do documento –, e, em decorrência, ao direcionamento argumentativo pretendido no texto.

CONCLUSÃO

Conforme o disposto nos objetivos deste artigo, pretendíamos apresentar como se configuravam as representações discursivas de Dilma Rousseff na sequência narrativa no texto da denúncia, documento que inaugura o processo de seu *impeachment*. De imediato, com os resultados da análise aqui apresentados e dentro dos limites deste trabalho, afirma-se a possibilidade do estudo das representações discursivas, com a adoção das categorias semânticas aqui exploradas, em conjunção com a noção de sequência textual narrativa, como recursos teórico-metodológicos operatórios e produtivos, na análise textual dos discursos.

Em sua estrutura composicional, análise da narrativa no texto da denúncia apontou um alto grau de narrativização, por ela apresentar os cinco elementos ou fases da estrutura prototípica da narração, conforme Adam (2011), além da Entrada-prefácio (Pn0) e da Avaliação final ou Moralidade (PnΩ). No seu modo de organização, foi observada a presença da personagem principal, “Dilma Rousseff”, que é apresentada como protagonista, mas com papel de anti-heroína, ou antagonista implícita, na história política engendrada no texto. Os denunciantes, por sua vez, são identificados como “cidadãos” e como “filhos”, característica intensificada por meio do recurso estratégico de engajamento dos denunciantes com o povo, sendo-lhes atribuído, implicitamente, o papel de protagonista narrador, em conformidade com o ponto de vista que assevera sua função de promover o “**resgate da verdadeira** [Democracia]”, por meio da denúncia. Nessa perspectiva, constata-se, então, a construção discursiva da figura dos acusadores como heróis (protagonistas implícitos), ou seja, aqueles que lutam pelos anseios da maioria, e dos

anti-heróis (antagonistas explícitos), a ex-Presidente Dilma e seu partido, cuja imagem encontra-se fortemente delineada na forma de “um grupo criminoso complexo e de grandes dimensões”.

Por outro lado, com resultado dessa adoção teórico-metodológica, fica evidenciado, mais uma vez, fato de que, em um texto, as escolhas lexicais não são aleatórias ou neutras, mas constituem um recurso de grande relevância na construção dos sentidos, uma vez que estão diretamente relacionadas com o posicionamento do produtor diante do seu texto, em seu propósito argumentativo e, portanto, em sua visada discursiva. No caso de um texto do gênero aqui analisado, esse fato é de crucial relevância, tendo em vista o atendimento de sua funcionalidade e a coerência de suas ações de linguagem, considerando-se o aparato argumentativo que pretende sustentar os termos da denúncia. Nesse sentido, o modelo teórico e analítico aqui adotado revela-se operatório, também, na medida em que propicia um enfoque interpretativo que amplia as informações relativas ao texto desse documento, em sua complexidade genérica, sobretudo em razão da confluência das formações discursivas em que se insere. De fato, considerado o contexto histórico do documento, essas formações envolvem não apenas o judiciário e o político, mas também o midiático, uma vez que sua divulgação foi altamente explorada em todas as mídias existentes, na época, resultando em forte impacto sobre a opinião pública e, portanto, sobre sua adesão positiva ao objeto da denúncia, do que resultou, por fim, a efetivação do *impeachment*.

Com isso, pode-se entender que, na construção das representações discursivas das personagens da história narrada nesse texto, as escolhas lexicais têm como efeito a ativação de um duplo campo semântico, distribuído em duas linhas isotópicas divergentes, cujas predicções, sobretudo acionais, resultam na tensão narrativa, descrita com um tom enfático e exaltado – a situação dramática da “crise” amplamente explorada em defesa da denúncia. Com isso, tais representações acentuam uma imagem negativa da “denunciada”, enquanto evocam e reforçam a ideia genérica construída e defendida no texto, qual seja, que essa é a história da “luta” dos “brasileiros” em defesa da “verdadeira [Democracia]”, em face da dominação do povo, do abuso do poder e da violação das leis por parte do “Governo Dilma”, ali representada, discursivamente, nas várias imagens da antagonista, “verdadeira” anti-heroína da história brasileira, naquele momento, a “**Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF**”.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. Entre énoncé et énonciation: la schématisation. *In*: ADAM, Jean-Michel. **Linguistique Textuelle**: Des genres de discours aux texts. Paris: Nathan/HER, 1999.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. *In*: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013. p. 97-105.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

GREIMAS, Algirdas-Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique naturelle et communications**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilhaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilhaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luiz; SILVA NETO, João Gomes. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. *In*: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes; PASSEGGI, Luis (org.). **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-187. RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processo-crime. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 240-255.

QUEIROZ, Maria Eliete de. **Representações discursivas no discurso político**: “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães

(30/05/2001). 2013. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.